

Ao

Consórcio Intermunicipal Do Oeste Paulista (Ciop)

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 023/2022 – Processo Nº 029/2022

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

A empresa Nunesfarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 75.014.167/0001-00, com sede na Rua Almirante Gonçalves, 2247, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, neste ato representado por seu procurador Sr. Felipe Gian Maximiliano, vem TEMPESTIVAMENTE, com fulcro no § 2º, art. 41 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, apresentar impugnação ao edital em epígrafe, pelos motivos e fatos e de direito que passa a expor:

I – DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

O edital cita que:

16.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para o término do recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. A petição será dirigida à autoridade subscritora deste Edital, por meio do correio eletrônico licitacaocompra@ciop.sp.gov.br.

A Lei Federal nº 8.666/93 em seu Art. 41 cita que:

“§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

De acordo com a normativa legal, as eventuais impugnações poderão ser apresentadas até o segundo dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.

II – DOS FATOS

A presente licitação foi instaurada pelo **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA (CIOP)**, por meio do Pregão Eletrônico nº 023/2022, processo nº 029/2022, objetivando o Registro de Preços.

A Nunesfarma tendo interesse em participar da licitação, adquiriu o respectivo edital, ao verificar as condições para participação, deparou-se a mesma com as exigências do Anexo I, Termo de Referência, a descrição do item 014, que vem assim escrito:

14	Suplemento normocalórico e hiperproteico (com no mínimo 33% de proteína), sendo fonte proteica exclusiva de origem animal, isento de proteína de soja ou vegetal para preparo de bebidas para dieta com restrição de sacarose, frutose, glicose e lactose. Contem isomaltulose, um carboidrato de lenta absorção com baixo índice glicêmico. Fonte de fibras, omega-3 e vitaminas e minerais. Isento de sacarose, lactose e glúten. Sabor baunilha com diluição instantânea e palatável. Com Registro na Ministério da Saúde. Referência: Glucerna, Nutren Control	Embalagem 380 gramas	24.854
----	--	----------------------	--------

Ocorre que tal exigência fere o processo licitatório em seu princípio mais básico norteando pela Lei de Licitações que é ampla participação do maior número de licitantes, sendo que tal exigência afronta às normas que regem o procedimento licitatório, como à frente será demonstrado.

III – DA ILEGALIDADE

No caso do anexo I, termo de referência, a descrição do item 014, a vinculação de percentual da proteína no descritivo descredencia outros fabricantes do produto licitado, que teriam plenas condições de atender a necessidade do uso principal do referido produto, que é restrição de sacarose e controle glicêmico, retira da Administração a possibilidade de alcançar propostas mais vantajosas.

Em razão de exigências que somadas resultam num ilegal e involuntário direcionamento, o qual reduzirá amplamente a competitividade, sacrificando os principais princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

A competitividade é um princípio fundamental da licitação e tem a devida proteção pela legislação, tipificando a ação injusta e culminando pena aos agentes que ensejarem frustrar este princípio, conforme disposição da Lei nº 8.666/93:

Art. 90 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.

De acordo com O § 5 do artigo 7º e o inciso I, § 7º do artigo 15 da Lei 8666/93 é vedado aos agentes públicos:

§ 5 é vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas,

Art. 15 [...] § 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

Assim, como regra, é vedada a indicação de marca nas licitações. No entanto, tal indicação será possível quando devidamente justificada por critérios técnicos ou expressamente indicativa da qualidade do material a ser adquirido. Quando necessária à

indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração (Acórdão TCU-Plenário 2.300/2007).

Se o edital possui descritivo técnico direcionando o objeto do item a um determinado fabricante isto faz com que o objeto se torne **EXCLUSIVO** e desta forma inexistente a viabilidade de competição **entre fabricantes ou marcas**.

Essencial informar que várias empresas ofertando o **mesmo produto** não é considerado competição em uma licitação, para que exista a denominada **COMPETIÇÃO** é necessário a possibilidade de participação de **MARCAS / FABRICANTES diferentes**.

Atestamos que o nosso produto está em conformidade com a legislação vigente e atendendo assim plenamente os requisitos; nosso produto possui todos os requisitos técnicos vigentes e aprovados pela ANVISA. Nosso produto Nesh PentaSure SR, possui registro na Anvisa (Registro M.S.: 6747500010017) e atende aos percentuais de macronutrientes da associação americana de diabetes e organização mundial da saúde que são:

Informação Nutricional	Nesh PentaSure®SR	Associação Americana de Diabetes (ADA) ³	OMS
PROTEÍNAS	20% *	15 a 20% *	10 – 15% *
CARBOIDRATOS	56,6% *	45 a 60% *	55 a 60% *
FIBRAS	13,6g/ 1000 kcal	14g / 1000 kcal	Rico em fibras
GORDURAS	23,60% *	20 a 35% *	20 a 25% *

*Valores em % do VET (Valor Energético Total)

Ainda, o produto de referencia Nutren Control não atende ao edital, pois é solicitado que o produto possua registro no ministério da saúde, porém o Nutren Control não possui registro no ministério saúde indo contra o solicitado em edital. Continuando, o Glucerna

também não atende o descritivo do item 014 no quesito isenção de lactose, já que o produto possui lactose em sua formulação conforme informado no rótulo do mesmo, e também não atende ao percentual de 33% de proteína, e não possui lata de 380g. Ou seja restringindo ainda mais a participação de outros produtos na licitação.

Outro ponto equivocado do edital é o objeto, pois o mesmo diz:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE INSUMOS E SUPLEMENTOS PARA NUTRIÇÃO ORAL E ENTERAL DE PACIENTES PARA 20 (VINTE) MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES

Ao analisarmos o objeto, pudemos notar que os produtos solicitados serão utilizados via **oral e enteral**, porém um produto classificado como suplemento (que não possui registro no ministério da saúde), não pode ser utilizado via **enteral**, isso é mais um ponto em que o produto Nutren Control não atenda ao edital. Para que um produto possa ser utilizado de via enteral, é necessário que ele seja uma Dieta com registro no ministério saúde.

IV – DO PEDIDO:

Pedimos que no edital seja alterado o descritivo do item e passe a conter uma descrição que não restrinja a participação de marcas diferentes, utilizando de intervalos como por exemplo(15% a 33% de proteínas). E que seja retirado do objeto a palavra “suplementos”, a qual torna o objeto contraditório e seja substituída pela palavra “dieta” para que se encaixe perfeitamente ao objeto.

Diante do exposto, demonstrado tempestivamente os fundamentos impeditivos de se manter as exigências atacadas, a qual acabará por desprezar concorrentes capazes de apresentar melhores ofertas, espera e requer que este renomado órgão altere a descrição do produto no Edital ora solicitado, de forma a permitir a participação de nossa empresa no processo licitatório.

Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por um parecer favorável quanto à pretensão requerida.

Curitiba, 26 de outubro de 2022.

Felipe Gian Maximiliano
Vendedor Líder
RG nº: 9.685.066-2
CPF nº: 086.157.359-56